
O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR
NO EXÉRCITO PORTUGUÊS (II)

Maria Carrilho

O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR NO EXÉRCITO PORTUGUÊS (II)

Dos heróis aos organizadores

Na primeira metade do século passado, com a resistência oposta aos invasores franceses, e os recontros internos dos anos 30-40, que trouxeram para a ribalta várias figuras de chefes militares, verifica-se a nítida predominância da componente «heróica» e «interveniente» nas carreiras dos mais importantes oficiais do Exército português. Ao longo de todo o século era comum o preenchimento e acumulação de funções políticas e militares por parte dos oficiais que se distinguiam como chefes combatentes, o que resulta claro da análise biográfica, por exemplo, dos vários comandantes do Corpo de Estado-Maior⁽¹⁾.

Quando, a partir de finais do século — devido à Conferência de Berlim e, principalmente, à humilhação resultante do Ultimato inglês — Portugal se lança no grande esforço militar das campanhas de ocupação colonial, renova-se o *élan* heróico nas fileiras do nosso Exército. A geração dos capitães de então é lançada na tarefa de assegurar uma posição portuguesa em África — com o estímulo das conveniências materiais que essa solução parecia implicar para o País e com a respectiva carga ideológica e cultural superestruturante.

Entretanto, a instituição militar a nível mundial sofrera profundas transformações de ordem tecnológica e organizacional e, no caso português, o período correspondente à época do esforço colonial-militar caracterizava-se pela instabilidade resultante de solicitações divergentes, umas inseridas na lógica do desenvolvimento e adequação da instituição às novas condições técnico-organizativas, outras decorrentes da necessidade nacional de responder — apressadamente — a uma imposição histórica de crescimento em termos económicos e políticos contando sobretudo com os meios humanos — e mais individual do que colectivamente aproveitados.

(1) Ver «Breve notícia histórica acerca do Corpo do Estado-Maior», separata do «Boletim do EME», n.º 8, 1969.

Celestino da Silva, Caldas Xavier, Mouzinho de Albuquerque, Alves Roçadas, Teixeira Pinto, contam-se entre os nomes dos oficiais que desenvolveram mais intensa actividade militar nas campanhas coloniais, tendo sido condecorados e distinguidos com várias honrarias formais. Nenhum deles, porém, conseguiu a contrapartida que lhes pareceria devida pelas acções levadas a cabo e riscos pessoais sofridos, nem contou com a esperada colaboração ou protecção por parte das autoridades centrais.

Celestino da Silva, o mais velho dos referidos «heróis da ocupação», nascido em 1894 e capitão na época do Tratado de Berlim, travara amizade com o então príncipe D. Carlos, ao tempo do seu ingresso no Regimento de Lanceiros da Rainha. Em 1894, como governador da colónia e com a graduação de tenente-coronel é enviado para Timor, território «em completa rebelião». Os violentos combates pelo controlo da ilha prolongam-se até 1900, ano em que a varíola dizima os indígenas que, sucessivamente, recompõem a resistência e obrigam os soldados portugueses a uma contínua actividade armada até 1906.

Ao mesmo tempo que lhe são conferidas condecorações e outros reconhecimentos honoríficos, Celestino da Silva é visto com desconfiança pelos círculos governativos da metrópole, em resultado do poder pessoal que localmente desenvolvera na ilha de Timor. Historiando para o rei a sua intensa actividade, que teve como resultado fundamental, segundo as suas próprias palavras, conseguir «o respeito pelos europeus e suas propriedades», Celestino da Silva mostra-se sinceramente desapontado: «E eu que por tudo o que fiz, sou agora acoimado de déspota, de cruel e de prepotente» (2).

Em 1908 um decreto remove-o de governador, sem qualquer menção de apreço, ao mesmo tempo que o governo de Lisboa fazia chegar a Timor o seu substituto «tal era o pravor que o seu prestígio o encaminhasse para uma revolta» (3).

É assim que, com 60 anos, volta à metrópole minado de doenças, vindo a acabar os seus dias cerca de três anos depois, já implantada a República.

Figura menos controversa, Caldas Xavier, que nasceu em 1852, brilhante aluno da Escola do Exército, seguira para Moçambique em 1877.

(2) Tenente-coronel Alves Martins, «General Celestino da Silva», págs. 28-29.

(3) Idem, pág. 30.

Só depois de 5 anos de actividade, como director das Obras Públicas de Inhambane e de participação nas operações militares de Inharrime, é promovido a capitão. Sucessivamente, na situação de director da Companhia do Ópio, em Mopeia, enfrenta a resistência indígena e a concorrência das outras potências coloniais.

Vários combates marcam a sua biografia militar — desde a expedição a Manica contra a polícia montada da South Africa Company, até ao combate de Marracuene onde, segundo os seus biógrafos, se cobriu de glória.

Não obstante a sua acção militar ter em muito contribuído para «colocar o prestígio de Portugal no seu verdadeiro lugar»⁽⁴⁾ morre, aos 44 anos, em Lourenço Marques, pobre, «à força de cansaço» segundo diz Mouzinho, e «sem que os portugueses lhe tivessem reconhecido na altura o seu grande valor»⁽⁵⁾. É o seu camarada Mouzinho que escreve ao secretário particular do rei a lembrar que no caso de D. Carlos entender merecer ele, o vencedor de Chaimite, «qualquer recompensa por ter apanhado o Gungunhana», então que providenciasse uma pensão adequada para os 5 órfãos de Caldas Xavier, viúva, pai, mãe e duas irmãs, de quem o malgrado herói era o único amparo⁽⁶⁾.

Casos como o de Caldas Xavier não os tinha certamente esquecido Mouzinho quando, pouco depois, volta a Lisboa, entrando em conflito com o Poder central. O celebrado «herói de Chaimite», três anos mais jovem do que o seu amigo, também acabara o curso na Escola do Exército no período em que a luta pelos interesses coloniais começava a apresentar-se como o reviver das longas tradições nacionais além-mar. No ano seguinte ao termo da Conferência de Berlim, Mouzinho segue para a Índia — promovido a capitão aos 31 anos — onde encontra Caldas Xavier.

Mais tarde, nomeado governador de Lourenço Marques e, sucessivamente, governador do distrito militar de Gaza, daqui parte em perseguição de Gungunhana, o prestigiado chefe tribal que longamente contrariou os planos portugueses de ocupação. Na sequência do que muitos definiram «aventuras temerárias» Mouzinho consegue, em Chaimite, aprisionar Gungunhana, acontecimento que logo foi alvo de grandes manifestações de regozijo em toda a imprensa e público portugueses.

(4) Major Augusto da Fonseca Lage, «Caldas Xavier», pág. 49.

(5) Citado por M. A. Fonseca Lage, op. cit. pág. 53.

(6) Amadeu da Cunha, «Mousinho», págs. 431-432.

Governador de Moçambique em 1896 e, ainda no mesmo ano, comissário régio, organiza um estado-maior profissionalmente competente — escol de que faziam parte, entre outros, Pereira d'Eça, Aires de Ornelas e Vieira da Rocha — e que, precisamente pela eficiência que prometia, desde logo se torna incómodo para alguns sectores da administração central.

As memoráveis manifestações oficiais e populares que marcaram a sua visita a Lisboa e ao Norte em 1897-1898 levam a presumir que, se tivesse desejado poder político pessoal, Mouzinho teria podido contar com o apoio das multidões, que o seguiriam «para a mais quimérica e absurda empresa que ele pudesse sonhar» (7).

Mas a Mouzinho não interessava o lugar na Câmara dos Pares, que lhe foi oferecido no auge da sua glória. Cumulado de louvores e condecorações nacionais e estrangeiras, era fundamentalmente um militar, e não o ditador que poderia «modificar profundamente os destinos da nação» (8) conforme teria sido desejo de alguns sectores sociais da época. Mesmo como administrador reformista que foi, em Moçambique, Mouzinho seguiu um padrão de comportamento em que predominaram o sentimento de dignidade e de orgulho típicos na auto-imagem do militar e do herói.

Receando-o como um competidor no terreno do poder político, o Governo central inibe-lhe as iniciativas e limita-lhe a acção em Moçambique, principalmente depois da sua triunfal viagem a Lisboa, e o protesto indignado de Mouzinho culmina com a sua exoneração do cargo de governador daquela colónia.

Em Lisboa é colocado na corte, tendo sido nomeado ajudante-de-campo do rei, que lhe confia a educação do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe. A honra, invejada mas subserviente, de ser aio do futuro rei tão-pouco era situação em que um combatente, tão prestigiado, na plenitude das suas faculdades, desejasse estabelecer-se e, assim, sem outras perspectivas no seu horizonte, Mouzinho completa o seu perfil enigmático de herói militar romântico, suicidando-se num trem de praça, em 2 de Janeiro de 1902, aos 46 anos de idade.

A figura de Mouzinho torna-se desde logo um símbolo das virtudes militares e da insatisfação que percorria as fileiras dos oficiais do exército português, incluindo alguns mais jovens como Roçadas ou Teixeira Pinto.

(7) Escritor L. de Magalhães, citado por Ferreira Martins, «Mousinho», pág. 139.

(8) Ver Ferreira Martins, op. cit. pág. 192.

Alves Roçadas, nascido em 1865 em Vila Real, filho de pais incógnitos, primeiro aluno no seu curso de Estado-Maior, cumpre missões sucessivas em Angola e na Índia, mas é na situação de governador do distrito militar da Huíla que leva a termo a célebre campanha contra os Cuamatos, concluída em 1907. Em 5 de Outubro de 1910 continua no posto de tenente-coronel, a que fora promovido cerca de 3 anos antes. Mais tarde, iremos encontrá-lo, também descontente, a expor os seus pontos de vista às autoridades militares por se considerar lesado pelo respeitante aos critérios de promoção (9).

Teixeira Pinto, nascido em Moçâmedes em 1876, depois de terminar o curso na Escola do Exército, em Lisboa, parte para Angola, contando quatro missões de serviço até 1912. O seu espírito de iniciativa, que por um lado lhe vale condecorações e louvores que obtém pelo seu «zelo e coragem na perseguição de uma quadrilha de Cuamatos», ou por salvar, arriscadamente, um seu soldado de morte certa, entre outros feitos, custalhe, por outro lado, alguns conflitos com a disciplina institucional. Assim, quando encarregado da administração do concelho de Huíla, sofre 10 dias de prisão disciplinar, por ter «reunido 60 indígenas, aos quais forneceu munições e ido atacar um tal Caputi, gentio de Mocuma, incendiando a cubata e apreendendo algum gado, *sem que para isso tivesse autorização*» (10). Virá, mais tarde, a morrer em combate na defesa da colónia de Moçambique contra a invasão alemã.

A uma análise que ultrapasse as sugestões das hagiografias mais ou menos oficiais, ressaltam com evidência as tensões existentes entre os «heróis da ocupação» e o Poder central. No caso de Mouzinho de Albuquerque, como fazem notar alguns autores (11), a enredada burocracia de Lisboa terá receado o prestígio e a energia reformadora daquele oficial, mas esta explicação revela-se insuficiente se, superando o fascínio da figura do «herói de Chaimite», observarmos os casos dos seus camaradas de armas.

Existe, em primeiro lugar, um elemento de carácter técnico que nos parece fundamental tomar em consideração: o tipo de combate travado em África ou no Oriente, substancialmente diferente da guerra para a

(9) Processo individual de Alves Roçadas, A. H. M.

(10) Folha de informação, processo individual de J. Teixeira Pinto, A. H. M. Subl. nosso.

(11) Douglas Wheeler, J. M. de Albuquerque e a política do colonialismo, «Análise Social», n.º 61-62, pág. 304.

qual os militares estavam treinados, apesar da anterior experiência recolhida na resistência às invasões francesas, que se perdeu posteriormente, por não se enquadrar nos moldes ingleses — ou beresfordianos — que vieram a ser aplicados ao nosso exército. A artilharia pesada de pouco servia, predominando a necessidade do uso de colunas facilmente deslocáveis na floresta ou no capim, de modo a atacar os indígenas de surpresa, ou a retirar rapidamente no caso de ataque sem possibilidade de resposta adequada, o que acontecia não poucas vezes, devido sobretudo às espingardas já utilizadas contra os portugueses (embora com pouca eficácia pois os mercantes que forneciam as armas aos africanos não se preocupavam com ensinar-lhes a manejá-las).

Mouzinho de Albuquerque, por exemplo, partiu para a temível empresa contra Gungunhana «com uma tropa composta por 45 homens⁽¹²⁾, 207 auxiliares de Languene, Xaixai e Rofogazi e 76 carregadores com arroz, tempêros e vinho»⁽¹³⁾, o que se demonstrou perfeitamente suficiente.

O êxito das operações dependia, em grande parte, da oportunidade e rapidez das iniciativas, facto que muitas vezes contrariava a tendência para a planificação centralizada, característica seja da organização intra-institucional seja do Governo metropolitano, e que acabava por tolher os movimentos aos que se encontravam no terreno de combate.

Por outro lado, o tipo de controlo exercido sobre o sector militar por parte do sector civil do Estado, não podia acolher a contradição insuperável que seria permitir a divisão de competências e descentralização de poderes, o que significaria destruir o modelo aristocrático de controlo, tornado-o integrado, participado a subjectivo, em vez de dicotómico e objectivo.

Em terceiro lugar o «*malaise*» dos «heróis da ocupação» — celebrados ou quase desconhecidos — e uma certa avareza com que a sociedade e sobretudo a própria instituição os compensava, revelam afinal uma latente inadequação.

O modelo ou ideal heróico, com as suas inerências de individualismo, tornara-se incómodo para a instituição recém-burocratizada, e que à volta de 1900, em pleno processo de profissionalização da carreira militar, não

⁽¹²⁾ Pressupõe-se, *brancos*.

⁽¹³⁾ Amadeu da Cunha, op. cit., pág. 247.

tinha ainda capacidade orgânica que permitisse absorver e neutralizar esse factor.

Encontramo-nos num dos períodos de transição mais dramática na histórica da implantação da moderna instituição militar, caracterizada pela constante, embora nem sempre evidente, tensão entre a componente operacional-heróica, na linha da tradição mais arraigada, e a nova componente organizativo-administrativa, requerida por uma condução mais complexa e científica da guerra. Trata-se, não tanto de uma luta em que os seus protagonistas se assumem como partes em causa, quanto de uma relação dialéctica que se desenvolve no seio da instituição, por vezes perpassando contraditoriamente o próprio indivíduo.

Na realidade um outro modelo de carreira começa a impor-se com nitidez: o de organizador/administrador militar. Para além das façanhas em combate que tradicionalmente constituíam factor de avanço na carreira, também o exemplar desempenho de tarefas na esfera organizativa começava a ser adequadamente distinguido.

A figura militar que talvez melhor exemplifica o modelo emergente de carreira e a crescente receptividade da instituição aos requisitos organizativos é a de José Estêvão de Moraes Sarmiento.

Filho de um militar de ideias liberais, Moraes Sarmiento completa o ensino secundário no Colégio Militar e segue para o curso de Infantaria na Escola do Exército, tendo frequentado a Escola Politécnica não só para os preparatórios como para cursar algumas cadeiras adicionais.

Aos 26 anos é tenente, e capitão aos 32, desempenhando então a função de promotor de justiça perante o 2.º conselho de guerra, e nomeado em 1878 vogal da comissão que organiza a participação portuguesa na exposição de Paris de 1878. Sucessivamente, é também vogal da comissão encarregada de organizar um projecto de regulamentação de polícia e serviço interno dos Tribunais Militares e, em 1881, é agregado à comissão de reorganização da força militar dos territórios ultramarinos.

Três anos mais tarde, aos 41 anos, é promovido a major para o Estado-Maior de Infantaria. Entretanto, distingue-se como escritor militar, fazendo parte do grupo de oficiais mais empenhados na já prestigiada «Revista Militar», para cuja direcção entra em 1878. Desempenha vários cargos relacionados com actividades organizativas e administrativas: na comissão que reorganiza os quadros da Guarda Fiscal; na direcção de uma repartição da Administração Geral das Alfândegas; na comissão incumbida de

elaborar um projecto de regulamento para as promoções da Guarda Fiscal; na comissão encarregada da revisão do Código de Justiça Militar e do Regulamento Disciplinar do Exército.

Depois de vários louvores pelo «zelo e inteligência»⁽¹⁴⁾, e mesmo a ordem de Torre e Espada «em relação aos seus merecimentos» no desempenho das suas tarefas nas várias comissões em que trabalhou, é promovido a tenente-coronel aos 45 anos. Interessado pela política nacional, enquanto continuava a desempenhar funções do foro militar, é deputado às Cortes pelo círculo de Beja e depois de Mértola, nas legislaturas de 1890-1893 e 1893-1896, ocupando-se principalmente de questões militares.

Assume o cargo de ministro da Guerra em 1896, e a sua passagem de cerca de 10 meses pelo Ministério fica assinalada pela supressão da pena de morte no crime de rebelião militar.

Seguidamente foi director do Colégio Militar e, já como general de brigada, posto a que foi promovido aos 57 anos, desempenhou os mais elevados cargos do Exército: vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, do Conselho Superior de Promoções, presidente do conselho de administração da Manutenção Militar e Depósito Central de Fardamento. Pouco antes da implantação da República, já em 1910, foi promovido a general de divisão — aos 67 anos. O novo regime encarrega-o da direcção da Escola do Exército e nomeia-o presidente do Conselho General do Exército no Supremo Conselho de Defesa Nacional.

A sua passagem pelo Parlamento pode ser caracterizada como a participação de um militar nos acontecimentos sócio-políticos da sua época, mas que se mantém, acima de tudo, um oficial do Exército sem grandes ambições de poder político pessoal — comprovam-no, entre outros factos, a sua recusa em desempenhar o cargo do governador-geral de Angola que lhe é oferecido pela monarquia, e a não aceitação do convite que, já em plena República, lhe é dirigido para ascender ao lugar de reitor da Universidade de Coimbra⁽¹⁵⁾.

Tendo desempenhado as mais altas funções no Exército, e rodeado de demonstrações de invulgar apreço, desde o ingresso para a Academia das Ciências até à grande homenagem pública de que foi alvo em 1923 por

⁽¹⁴⁾ Folha de informação, processo pessoal de José Estêvão de Morais Sarmiento, A. H. M.

⁽¹⁵⁾ «R. M.», 1923, pág. 146 e seg., ver oração de Mendes Leal por ocasião da homenagem ao general M. Sarmiento.

ocasião da investidura na dignidade de grã-cruz da Ordem de S. Tiago, José Estêvão de Morais Sarmiento morre em Lisboa aos 87 anos de idade.

Não há dúvida de que nos encontramos perante um tipo de carreira fundamentalmente diferente da carreira de qualquer dos oficiais atrás referidos. Se compararmos as folhas de assentos de Morais Sarmiento e de Mouzinho de Albuquerque⁽¹⁶⁾ ressalta imediatamente que as notas biográficas, assim como as condecorações e louvores, se referem a dois papéis profissionais distintos: um de tipo operacional-heróico, que corresponde à mais elevada imagem tradicional; outro, de tipo inequivocamente organizativo-administrativo, em que não se registam intervenções em combate mas que corresponde com grande eficiência às novas exigências organizacionais crescentes na instituição militar.

É, também no aparelho militar, o irresistível avanço dos aspectos organizativo-burocráticos, característicos da «moderna civilização», como irá teorizar Max Weber⁽¹⁷⁾.

Maria Carrilho

⁽¹⁶⁾ Processos individuais, A. H. M.

⁽¹⁷⁾ Max Weber, *Economía y Sociedad*, 5.ª edição, México 1980, págs. 732-737.